

El volumen, aunque dirigido primariamente a la docencia, de la que realmente ha nacido, es una obra que también puede servir de consulta, y muy provechosa, a los estudiosos. Por su parte, los estudiantes encontrarán aquí un manual rico en sugerencias, que conjuga con soltura lo lingüístico con lo exegético. En la preocupación didáctica de sus autores estaba hacer este nuevo *quaderno* como “un contributo alla riflessione su un argomento centrale per l’interpretazione dei testi” (p. 15).

ÁNGEL URBÁN  
Universidad de Córdoba

FRIEDMANN, Yohanan, *Tolerance and Coercion in Islam: Interfaith Relations in the Muslim Tradition*. «Cambridge Studies in Islamic Civilization» (Cambridge & New York: Cambridge UP, 2003, pb. ed., 2006), xi+233 pp. ISBN: 978-0521827034

As tensões contemporâneas entre os muçulmanos e outros povos e religiões datam por certo de mais de meio século. Tomaram contudo um contorno trágico na senda do acontecimento sensacional do 11 de Setembro de 2001 e a consequente invasão pelo Ocidente dito cristão do Afeganistão e do Iraque sucessivamente – sem esquecer o Golfo arabo-pérsico, uma década mais cedo. Era necessário pois interrogar a tradição islâmica a que se referem regularmente os militantes islamistas e seus correligionários fundamentalistas.

Um bom número de pessoas empenharam-se nesta tarefa, sejam eles investigadores ou ideólogos, actores ou vítimas, muçulmanos ou não: a literatura abunda neste sentido. Aqui, é um investigador duma universidade israelita, nomeadamente da Universidade hebraica de Jerusalém, quem procede à análise das fontes pertinentes dessa tradição, velha de um milénio e meio. Considerando o peso da “questão israelita” no drama em causa, o leitor manifestaria *a priori* uma certa reserva. Na verdade, contudo, ele terá que se desenganar, pois que ele se confrontará com uma análise ao mesmo tempo serena e erudita, devidamente colocada em contexto histórico e sociológico. Sinal de objectividade e imparcialidade: o essencial da

bibliografia de quinze páginas diz respeito às fontes originais e à produção islâmica moderna!

O Autor examina as diferentes questões ligadas à “tolerância” religiosa tal como aparece no Corão e na Tradição profética, escritos exegéticos incluídos, antes de abordar as modalidades diferenciadas, no tempo e no espaço, da aplicação legal dos princípios que desenharam as várias escolas jurídicas, de obediência “sunita” sobretudo. Incontestavelmente, o leitmotiv destas era a superioridade do islão sobre todas as outras religiões – uma ideologia fomentada pelo poder que os muçulmanos exerceram sobre os povos cujos territórios chegaram conquistar. Dever-se-ia acrescentar, no nosso parecer, o espírito tribal das primeiras hordas árabes que adoptaram o islão como força congregadora.

Os capítulos tratam sucessivamente de: “Diversidade religiosa e hierarquia entre religiões” (cap. 1, p. 13-53); “Classificação dos não crentes” (cap. 2, p. 54-86); “Haverá ausência de constrangimento na religião?” (*lā ikrāh fī al-dīn*; ch. 3, p. 87-120); “Apostasia” (cap. 4, p. 121-159); “Casamentos mistos” (cap. 5, p. 160-193). Estão enquadrados por uma longa introdução (p. 1-12) e de “Observações conclusivas” (p. 194-199). Seguem-se uma bibliografia selecta (p. 200-214) e o índice geral.

Sem nos podermos deter sobre cada um dos capítulos, apresentamos aqui a súmula das conclusões da pesquisa aturada de Friedmann.

Lemos logo (p. 194) que a grande variedade das perspectivas ou soluções surgidas no decurso da história e o teor dos argumentos que as legitimavam, testemunham claramente do dinamismo da vida intelectual no islão dos primeiros tempos da sua afirmação como religião universal.

De um modo geral, da investigação levada a efeito, salienta-se que uma camada antiga da Tradição manifesta uma maior tolerância e indulgência a respeito, sobretudo, das duas religiões monoteístas que existiam na Arábia. Esta tolerância e indulgência remontavam ao próprio Profeta. Com o tempo, eclipsou-se deixando lugar, na maioria dos casos e das escolas, a uma tendência mais “estrita e rigorista”, tendência essa que lhe fazia concorrência desde os primórdios. No cap. 1, nomeadamente, Friedmann pôde retrazar uma tradição consistente na qual as fronteiras da nova

religião não eram bem definidas, sendo que os adeptos das duas religiões preexistentes faziam parte da comunidade dos “crentes” (*mu'minūn*)! Com a “cristalização” do islão (séc. IX ?), isso foi negado e até determinadamente refutado.

Devemos pôr em relação este dado com a pesquisa moderna relativa à redacção e fixação dos textos fundadores do islão, do mesmo modo que com o testemunho da imagem que reflectem os escritos cristãos contemporâneos da primeira expansão árabe. Do lado muçulmano em todo o caso, as fontes não permitem seguir a cronologia e o processo de tal evolução.

A investigação de Friedmann revela globalmente a mesma coisa (evolução “negativa” e impossibilidade de a seguir no tempo...) quanto aos outros temas tratados na sua obra: igualdade entre profetas *versus* proeminência do profeta do islão; entre os aderentes das religiões mono-teístas *versus* supremacia dos muçulmanos (juntamente com a limitação do sentido de *mu'minūn* e dos direitos dos não muçulmanos...); endurecimento perante a apostasia; restrições impostas aos casamentos mistos, etc.

Quanto ao célebre versículo corânico *lā ikrāha fī al-dīn* (“nada de constrangimento em matéria religiosa” *sic*), a análise das fontes e dos factos mostra a relatividade desta injunção e que, no direito e na jurisprudência, a prática do constrangimento foi legitimada em relação aos idólatras/politeístas e aos maniqueístas (aqui por razões etno-políticas...), do mesmo modo que para com as mulheres e as crianças em certas circunstâncias.

Logo na introdução (p. 9-10), o Autor alertava que nem ele nem ninguém deveria avaliar a atitude dos muçulmanos da Idade Média – objecto específico da sua investigação – pela bitola do ideal de liberdade religiosa mais ou menos aceite e admitido nos nossos dias. Na época onde a doutrina islâmica foi elaborada, tolerância e liberdade religiosas, ou ainda igualdade e parceria entre religiões, não eram “noções positivas ou objectivos desejáveis”. E os cristãos daquela época, fossem eles latinos ou bizantinos, não constituíam excepção à regra! Cita-se aqui a fórmula pertinente de Bernard Lewis: “Para os muçulmanos tal como para os cristãos, a tolerância é uma virtude nova e a intolerância é um crime novo.”

O mesmo se aplica aos hindus ou aos confucionistas chineses, para nos limitar às grandes religiões.

O importante é não “essencializar” as práticas antigas. E um bom número de pensadores muçulmanos questionaram de facto essas práticas, assim como as bases jurídicas que lhes estavam subjacentes. Propuseram novas aproximações exegéticas dos textos sagrados em função da modernidade e da globalização, assim como em nome do espírito do próprio texto corânico. Há que esperar que essas ideias fermentem e que os povos possam alterar progressivamente as suas atitudes e comportamentos milenares. Não nos esqueçamos, a título de exemplo, as resistências prolongadas por parte dos cristãos, católicos romanos em particular, ao Iluminismo europeu e a permanência, senão recrudescimento, em certos países de obediência cristã, de certos conflitos interconfessionais!

Fosse o que fosse, para além das considerações genéricas e das questões particulares analisadas e discutidas na sua obra, Friedmann chama a nossa atenção (p. 7) para o facto de que a liberdade religiosa hoje implica outras dimensões: não se trata apenas de garantir a liberdade de culto e das práticas, mas também a liberdade de proclamar e pregar a sua própria religião ou confissão, de mudar de religião e até de ficar sem nenhuma. São aspectos que saíam do âmbito do seu estudo, sem deixar de constituir um desafio – queremos dizer – aos muçulmanos de hoje, como aos adeptos das grandes religiões, a todo o grupo étnico ou toda a nação.

ADEL SIDARUS  
Évora, Portugal

GARCÍA GUILLÉN, D., “*Padre es nombre de relación*”. *Dios Padre en la teología de Gregorio Nacianceno*, «Analecta Gregoriana» 308 (Roma: Gregorian and Biblical Press, 2010), 421 pp. ISBN: 978-88-7839-167-3

El tema desarrollado en esta obra, defendida como tesis doctoral en la Facultad de Teología de la Universidad Pontificia Gregoriana de Roma, es central en el mensaje cristiano sobre Dios. La elección del tema supone un notable desafío para el Autor, pues no abundan los estudios patristicos sobre Dios Padre. Y ha sabido elegir los escritos de un importante teólogo,